



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

Documento Nº 80616/23

EXERCÍCIO: 2023
SUBCATEGORIA: Licitações
JURISDICIONADO: Câmara Municipal de Barra de Santa Rosa
DATA DE ENTRADA: 27/07/2023
ASSUNTO: Licitação - 00001/2023 - Tomada de Preços (Lei Nº 8.666/1993) - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA PB
INTERESSADOS: Edson Guedes Monteiro



TERMO ADITIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 230724TP0001
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 0001/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 0006/2023 CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA E AJ SERVICOS LTDA, QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUTAR A OBRA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA - PB.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA, Rua Manoel de Sousa Lima, 143, Centro, Barra de Santa Rosa / PB - CEP: 58170-000, CNPJ nº 02.262.190/0001-40, neste ato representada pelo Presidente EDSON GUEDES MONTEIRO, Brasileiro, Casado, residente e domiciliado nesta cidade, CPF nº 035.320.424-28, Carteira de Identidade nº 2513616 SSP/PB, doravante simplesmente **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: AJ SERVICOS LTDA - RUA SEVERINO ANTONIO DE SOUSA, 170 - MANGABEIRA - JOAO PESSOA - PB, CNPJ nº 38.039.654/0001-00, neste ato representado por Alex Silva Oliveira Junior, Brasileiro, Solteiro, Empresário, residente e domiciliado na Rua Severino Antônio de Souza, 170, Mangabeira - João Pessoa - PB, CPF nº 711.792.964-27, Carteira de Identidade nº 4371059 SSDS/PB, doravante denominada simplesmente, **CONTRATADA**.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao contrato n.º **0006/2023**, instruído no **TC Nº 104559/23** sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem como objeto a **PRORROGAÇÃO** do prazo para execução da obra, previsto na Cláusula Sétima do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

Pelo presente termo aditivo, fica prorrogado o prazo para execução da obra por 120 (cento e vinte) dias a contar de 25 de junho de 2024 a 23 de outubro de 2024.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO TERMO ADITIVO

O valor para cobrir as despesas relativas à prorrogação do prazo para execução da obra, pelo período de 120 (cento e vinte) dias procede-se inalterado.

CLÁUSULA QUARTA – DA DESPESA

A despesa com este termo aditivo correrá à seguinte dotação orçamentária:

01.031.1001.1001 REFORMAR/AMPLIAR O PODER LEGISLATIVO
500 Recursos não Vinculados de Impostos
4.4.90.51.01 OBRAS E INSTALAÇÕES



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA/PB
CNPJ: 02.262.190/0001-40, E-MAIL: CAMARA.BARRA.PB@HOTMAIL.COM
HOME PAGE: WWW.CAMARABSR.PB.GOV.BR
"CASA JOSÉ FREIRES DE ALMEIDA"



A despesa para o exercício subsequente será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à CONTRATANTE, na Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA QUINTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo encontra amparo legal no artigo 65, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Barra de Santa Rosa/PB, 05 de junho de 2024

TESTEMUNHAS

[Handwritten signature]
092.458.884-52

PELO CONTRATANTE

[Handwritten signature]
EDSON GUEDES MONTEIRO
Presidente
035.320.424-28

PELO CONTRATADO

[Handwritten signature]
046.699-994-19

[Handwritten signature]
AJ SERVICOS LTDA
ALEX SILVA OLIVEIRA JUNIOR
711.792.964-27

MARCOS ANTÔNIO JORGE DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Rodrigo Gonçalves Guimarães Fonseca
Código Identificador:83677137

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 11/2024

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AREIAL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 9º inciso I da lei abaixo mencionada, combinada com artigo 11º da mesma lei Nº. 390/1997 de fevereiro de 1997 no seu artigo 1º, ainda com a lei Complementar Nº. 01 de 15 de janeiro de 2001 e do ANEXO I da lei 77 de 19 de setembro de 2008.

RESOLVE:

NOMEAR o senhor **DALTON DA SILVA VIEIRA**, brasileiro, portador do CPF nº 128.617.844-40 e do RG nº 4.263.126 SSP-PB, residente e domiciliado na Rua São José, nº 1035, centro - Areial - PB no cargo de provimento em comissão, de **ASSESSOR PARLAMENTAR** código ONI-1 da Câmara Municipal de Areial.

Esta portaria entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da presidência da Câmara Municipal de Areial, em 03 de junho de 2024.

MARCOS ANTÔNIO JORGE DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Rodrigo Gonçalves Guimarães Fonseca
Código Identificador:DF246E43

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANANEIRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANANEIRAS
EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANANEIRAS
EXTRATO DE CONTRATO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA OPERAR OS SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO E GERENCIAMENTO DE CRÉDITOS PROVENIENTES DE FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS, E OUTROS SERVIÇOS FINANCEIROS DO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS/PB, ESTADO DA PARAÍBA, PELO PRAZO DE 60 (SESENTA) MESES. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DP00025/2024. VIGÊNCIA: até 06/06/2029. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Bananeiras e: CT Nº 00154 /2024 - 06.06.24 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - R\$ 750.000,00

Publicado por:
Cleomara Gomes de Sousa
Código Identificador:48E661EC

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº: 0006/2023

a) PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 230724TP0001; b) Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 0006/2023, firmado em 05/06/2024 entre a CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA/PB e AJ SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ: 38.039.654/0001-00; c) Objeto: a PRORROGAÇÃO do prazo de execução da obra descrito na cláusula sétima, ficando prorrogado o prazo para execução da obra prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias, a contar de 25 de junho de 2024; d) Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e vincula-se a TOMADA DE PREÇO Nº 0001/2023 que tem como Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUTAR A OBRA DE BARRA DE SANTA ROSA - PB; e) Signatários: pelo Contratante, EDSON GUEDES MONTEIRO e, pelo Contratado ALEX SILVA OLIVEIRA JUNIOR.

Publicado por:
Josenilson Lima Barbosa
Código Identificador:AF3330A7

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº: 0006/2023

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº: 0006/2023

a) PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 230724TP0001; b) Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 0006/2023, firmado em 05/06/2024 entre a CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA/PB e AJ SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ: 38.039.654/0001-00; c) Objeto: procede-se o aumento e inclusão de novos serviços ao projeto original, que corresponde ao montante de R\$ 78.325,86 (setenta e oito mil, trezentos e vinte e cinco reais e oitenta e seis centavos), equivalente a 19,44%; d) Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e vincula-se a TOMADA DE PREÇO Nº 0001/2023 que tem como Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUTAR A OBRA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA - PB; e) Signatários: pelo Contratante, EDSON GUEDES MONTEIRO e, pelo Contratado ALEX SILVA OLIVEIRA JUNIOR.

Publicado por:
Josenilson Lima Barbosa
Código Identificador:247123A6

PREFEITURA DE BARRA DE SANTA ROSA
TERMO DE CESSÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR Nº 01/2024

TERMO DE CESSÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR Nº 01/2024

TERMO DE CESSÃO DE USO DO VEÍCULO VW/VIRTUS CL AD, PLACA QGX8610 QUE ENTRE SI CELEBRAM ANGÉLICA LARISSA SILVA BATISTA EM FAVOR DO MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTA ROSA - PB, NA FORMA ABAIXO:

CEDEnte: ANGÉLICA LARISSA SILVA BATISTA, brasileira, solteira, portadora do RG nº X.912.7XX SSP/PB, inscrita no CPF sob o nº XXX.876.664-XX, residente e domiciliada à Rua Pedro Justino de Oliveira, s/n - Centro - CEP 58170-000 - Barra de Santa Rosa - PB.

CESSIONÁRIO: MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTA ROSA - PB, representado por seu Prefeito Constitucional, Sr. Jovino Pereira Nepomuceno Neto, brasileiro, casado, fisioterapeuta, com Carteira de Identidade nº X.580.3X SSP/PB 2º via e CPF nº XXX.124.004-XX, residente e domiciliado à Rua Nossa Senhora da Conceição, 47 - Centro - CEP 581.70-000 - Barra de Santa Rosa - PB.

OBJETO DA CESSÃO:



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA/PB
CNPJ: 02.262.190/0001-40, E-MAIL: CAMARA.BARRA.PB@HOTMAIL.COM
HOME PAGE: WWW.CAMARABSR.PB.GOV.BR
"CASA JOSÉ FREIRES DE ALMEIDA"



PARECER TÉCNICO

Parecer n. 0001/2024

Barra de Santa Rosa - PB, 22 de Maio de 2024.

Da: **Câmara Municipal de Barra de Santa Rosa – Setor de Engenharia**
Para: **Comissão de Licitação**
Att. **Josenilson Lima Barbosa – Presidente da Comissão.**
Assunto: **Expedir Parecer Técnico sobre a Análise de Pedido de Aditivo de Prazo da Construção da Nova Sede da Câmara Municipal de Barra de Santa Rosa.**

Analizando a solicitação de **ADITIVO DE PRAZO** feita pela empresa **AJ SERVIÇOS EIRELI**, inscrita no **CNPJ: 38.039.654/0001-00**, através do ofício **004/2024** referente ao Edital da **TOMADA DE PREÇOS Nº 00001/2023**, **CONTRATO 0006/2023** da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUTAR A OBRA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA - PB**, temos a informar:

- 1) Foi pedido da empresa **AJ SERVIÇOS EIRELI** que o prazo de execução da obra fosse aditivado por **120 DIAS**.
- 2) Tal pedido usou a única justificativa de que o prazo de execução já esta próximo a seu vencimento e ainda faltam serviços a serem executados.

Tendo em vista que o setor de engenharia em suas visitas de fiscalização viu que realmente é necessário a dilatação do prazo de execução obra no tempo sugerido pela empresa para devida conclusão dos serviços.

Para tanto, o setor de engenharia na responsabilidade do seu **ENGENHEIRO CIVIL JONATAS SILAS MORAIS LIMA**, aconselha a comissão de licitação da Câmara Municipal de Barra de Santa Rosa a **ADITIVAR O CONTRATO**, tendo



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA/PB
CNPJ: 02.262.190/0001-40, E-MAIL: CAMARA.BARRA.PB@HOTMAIL.COM
HOME PAGE: WWW.CAMARABSR.PB.GOV.BR
"CASA JOSÉ FREIRES DE ALMEIDA"



em vista que houve atraso no cronograma da obra por motivos de período chuvoso entre outros empecilhos.

Barra de Santa Rosa - PB, 22 de Maio de 2024.

Cordialmente,



Jônatas Silas Morais Lima
Eng^a Civil – Fiscal de Obra
CREA: 161.774.026-8



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</div> <div>38.039.654/0001-00</div> <div>MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</div> <div>CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA</div> <div>11/08/2020</div>
--	--	---

NOME EMPRESARIAL

AJ SERVICOS LTDA

<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</div> <div>JE EMPREENDIMENTOS</div>	<div>PORTE</div> <div>ME</div>
---	--------------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

41.20-4-00 - Construção de edifícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
42.12-0-00 - Construção de obras de arte especiais
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.21-9-01 - Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica
42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
43.30-4-01 - Impermeabilização em obras de engenharia civil
43.30-4-03 - Obras de acabamento em gesso e estuque
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção
43.91-6-00 - Obras de fundações
43.99-1-03 - Obras de alvenaria
43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água
71.19-7-01 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

206-2 - Sociedade Empresária Limitada

<div>LOGRADOURO</div> <div>R SEVERINO ANTONIO DE SOUSA</div>	<div>NÚMERO</div> <div>170</div>	<div>COMPLEMENTO</div> <div>*****</div>
--	----------------------------------	---

<div>CEP</div> <div>58.055-410</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO</div> <div>MANGABEIRA</div>	<div>MUNICÍPIO</div> <div>JOAO PESSOA</div>	<div>UF</div> <div>PB</div>
--------------------------------------	--	---	-----------------------------

<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO</div> <div>ALEXJUNIOR2013BRS15@CLOUD.COM</div>	<div>TELEFONE</div> <div>(80) 9174-9022</div>
---	---

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

<div>SITUAÇÃO CADASTRAL</div> <div>ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</div> <div>11/08/2020</div>
--	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

<div>SITUAÇÃO ESPECIAL</div> <div>*****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</div> <div>*****</div>
---	---



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: AJ SERVICOS LTDA
CNPJ: 38.039.654/0001-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 16:15:21 do dia 03/01/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 01/07/2024.

Código de controle da certidão: **45E1.BCA3.9A82.4ECD**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CERTIDÃO

CÓDIGO: 9A6D.5D39.A503.341F

Emitida no dia 23/05/2024 às 07:33:21

Identificação do requerente:

CNPJ/CPF: 38.039.654/0001-00

R.G. :

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o requerente supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, **com relação a débitos fiscais administrativos e inscritos em Dívida Ativa**. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado da Paraíba.

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida **por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página www.sefaz.pb.gov.br.

OBS: Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado no estado da Paraíba, ressalvada quando a licitação se referir à prestação de serviço de transporte entre municípios com características urbanas no âmbito das regiões metropolitanas no estado da Paraíba, reconhecida por Lei específica.

Válida com a apresentação conjunta do cartão de inscrição no CPF ou no CNPJ da
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.
Certidão de Débito emitida via 'Internet'.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Data: 23/05/2024

Hora: 07:34

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

Número da Certidão

2024/077741

Nº de Controle de Autenticação

523.546.409.616

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

C.N.P.J./C.P.F. 38039654000100	Nome do Contribuinte AJ SERVIÇOS LTDA				
Endereço RUA SEVERINO ANTÔNIO DE SOUSA		Número 00170	Apto/Sala	Bloco	Complemento
Bairro MANGABEIRA	CEP 58055410	Cidade JOAO PESSOA			UF PB

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal lançar e inscrever quaisquer dívidas que vierem a ser apuradas, fica certificado que, até a presente data, não constam em nome do requerente acima qualificado pendências relativas às receitas municipais, inclusive as de natureza tributária ou não, inscritas ou não no Registro da Dívida Ativa do Municipal.

INSCRIÇÕES VINCULADAS AO REQUERENTE

MERCANTIS: 157674-7

IMOBILIÁRIAS:

OBSERVAÇÕES

Esta certidão é válida por 60 (sessenta) dias, conforme o artigo 138, §1º, da Lei Complementar nº 53, de 23 de dezembro de 2008 (Código Tributário Municipal).
A aceitação desta certidão está condicionada à inexistência de emendas ou rasuras, bem como à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.joaopessoa.pb.gov.br>.
Certidão emitida gratuitamente em 23/05/2024 07:34:02



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: AJ SERVICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 38.039.654/0001-00

Certidão nº: 35880621/2024

Expedição: 23/05/2024, às 07:37:10

Validade: 19/11/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **AJ SERVICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **38.039.654/0001-00**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 38.039.654/0001-00
Razão Social: AJ SERVICOS EIRELI
Endereço: R SEVERINO ANTONIO DE SOUSA 170 / MANGABEIRA / JOAO PESSOA / PB / 58055-410

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 25/05/2024 a 23/06/2024

Certificação Número: 2024052502485505047283

Informação obtida em 05/06/2024 16:04:52

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



**ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA
ASSESSORIA JURÍDICA**

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA – PB.

PARECER JURÍDICO

DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. TERMO ADITIVO PRORROGAÇÃO DE PRAZO. LEI 8.666.

RELATÓRIO

Trata-se de parecer jurídico, na forma do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, para análise da minuta do Termo Aditivo – Prorrogação de Prazo para Execução da Obra - Contrato Administrativo nº 006/2023 firmado, entre a Câmara Municipal de Barra de Santa Rosa e a empresa AJ SERVICOS LTDA, para construção da nova sede da câmara municipal.

É o relatório. Passo a opinar.

Importante destacar que o aditamento aqui em tela tem por objetivo a prorrogação do prazo de execução do Contrato Administrativo nº 006/2023, de que trata cláusula 7ª. Conforme requerido pela empresa Contratada, almeja-se que seja prorrogada a execução da obra pelo período de mais 120 (cento e vinte) dias.

O contrato foi firmado em 29 de setembro de 2023, o prazo de execução da obra foi definido em 270 (duzentos e setenta) dias com termo inicial a partir da ordem de serviço.

No que diz respeito à previsão contratual, o contrato já citado prevê a possibilidade de aditamento.

No tocante a legislação, a Lei nº 8.666/93, admite tal possibilidade, desde que **observadas determinadas situações**, elencadas no citado normativo legal nos seguintes termos:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

[omissis...]

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

- I** - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
- II** - superveniência de fato excepcional ou imprevisível,



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA
ASSESSORIA JURÍDICA

estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

§2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

§ 3º É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.

§4º Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998).

Consoante se verifica no Termo Aditivo de execução da obra, a empresa Contratada bem como o engenheiro responsável pela obra, justificam a solicitação de prorrogação do prazo de execução da obra, além do mais verifica-se que a empresa demonstrou a sua regularidade fiscal, através das certidões negativas acostadas ao processo.

Quanto ao exame da minuta do termo aditivo ao Contrato, constata-se que as Cláusulas estão dentro dos parâmetros estabelecidos na Lei Federal nº 8.666/93.

Deste modo, observado o ordenamento jurídico regulador da matéria, na forma dos mencionados dispositivos legais pertinentes e após a devida análise da minuta do contrato, opino no sentido de não haver óbice ao prosseguimento do feito.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Barra de Santa Rosa - PB, 05 de junho de 2024.

JOSÉ DIOGO ALENCAR MARTINS

Assessor Jurídico

OAB-PB 17.823



RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 18/06/2024 às 08:22:10 foi protocolizado o documento sob o Nº 71971/24 da subcategoria Termo Aditivo de Contrato , exercício 2024, referente a(o) Câmara Municipal de Barra de Santa Rosa, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Edson Guedes Monteiro.

Nº de Ordem do Aditivo: 2º Aditivo

Data da Assinatura do Aditivo: 05/06/2024

Data de Publicação do Aditivo: 07/06/2024

Tipo do Aditivo: Aditivo de outro tipo

Justificativa: Foi pedido da empresa AJ SERVIÇOS EIRELI que o PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA fosse aditivado por 120 DIAS e acatado pela engenharia, conforme parecer técnico

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Não

Documento	Informado?	Autenticação
Comprovante de publicidade	Sim	45995a3c5d34c4b8369182e923a2dac7
Comprovantes de regularidade da contratada	Sim	187fc29fd28fe3d86e4604772f6228df
Justificativa técnica	Sim	273c049faab69d549e545443be1004dc
Parecer jurídico	Sim	81d11887e9301716e1c329dace9c54f0
Termo aditivo ou registro do apostilamento	Sim	0f2cacae47e060d95536970de2873681

João Pessoa, 18 de Junho de 2024



Assinado Eletronicamente

conforme LC 18/93, alterada pela LC 91/2009 e
pelo Regimento Interno, alterado pela
RA TC 18/2009

Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB